

FONTES DOCUMENTAIS DA HISTÓRIA NEGRA EM TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL

DOCUMENTAL SOURCES OF THE BLACK HISTORY IN TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL

Karen Daniela Pires

Graduada em História,
Mestra em Ambiente e
Desenvolvimento e Doutora
em Ciências pela
Universidade do Vale do
Taquari (UNIVATES).
Professora de História na
Educação Básica.
E-mail:
K.pires@universo.univates.br

Neli Galarce Machado

Graduada em História
(UFSM), Mestra em História
(UNISINOS), Doutora em
Arqueologia (USP).
Coordenadora do Programa
de Pós-Graduação em
Ambiente e Desenvolvimento
– PPGAD da UNIVATES.
E-mail: ngalarce@univates.br

Resumo

Neste artigo apresentamos o contexto histórico de surgimento da Paróquia de São José de Taquari, no século XVIII, a criação do município de Taquari no século XIX e a descrição das fontes documentais disponíveis para a análise do sistema de escravidão em Taquari, município localizado no estado do Rio Grande do Sul. O escravismo e a história dos escravizados na região em foco foi, por muito tempo negligenciado ou pouco historicizado à luz da complexidade da temática. Conforme os atuais estudos, a presença de indivíduos em situação de escravização em Taquari foi bastante significativa. Como resultado principal da pesquisa foi realizado a descrição dos acervos e conjuntos documentais para suporte da historicização e contextualização do período em questão e para isso a perspectiva da micro-história foi fundamental para compreendermos a formação social gaúcha e brasileira.

Palavras-chave: Taquari. Escravismo. História. Rio Grande do Sul.

Abstract

In this article, we present the historical context of the emergence of the Parish of São José de Taquari in the 18th century, the creation of the municipality of Taquari in the 19th century and the description of the documentary sources available for the analysis of the slavery system in Taquari, a municipality located in the state of Rio Grande do Sul. Slavery and the history of the enslaved in the region in focus were, for a long time, neglected or little historicized in the light of the complexity of the theme. According to current studies, the presence of individuals in situations of slavery in Taquari is quite significant. As a main result of the research, a description of the collections and documentary sets was carried out to support the historicization and contextualization of the period in question, and for this, the microhistory perspective was fundamental to understand the social formation of the state and Brazil.

Keywords: Taquari. Slavery. History. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

O caso da freguesia de São José de Taquari, o processo de emancipação, a transformação em município e a escravidão negra na freguesia de Taquari são fundamentos para o estudo em questão. Especificamente é possível debater sobre escravismo brasileiro em quase todas as freguesias estabelecidas pelos portugueses no Rio Grande do Sul, aqui o será o atual município de Taquari, pertencente à Mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense e à Microrregião de Lajeado-Estrela. A base da investigação faz parte do projeto de pesquisa do Laboratório de Arqueologia da Univates vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento – PPGAD. Em nossos estudos¹ verifica-se e comprova-se o uso da mão de obra escravizada africana e crioula em Taquari, com início no século XVIII perdurando até o século XIX, bem como o pouco e inesgotável conteúdo do sistema escravista e pós-abolicionista.

O primeiro ponto avaliado reside nas raras pesquisas do tema escravismo na região do Vale do Taquari/RS. Desde a fundação do povoado no século XVIII houve a exploração de indivíduos negros oriundos do continente africano e de nascidos no Brasil, como os documentos históricos tem comprovado. A comunidade regional desconhece esse processo. Isso se verifica nas salas de aula, nos materiais paradidáticos e nas falas da população em geral quando indagados sobre o tema. Percebe-se que o discurso legitima a branquitude e silencia séculos de história negra que precisa ser reconhecida e compreendida nos dias atuais. O passado dos sujeitos negros escravizados na região é invisibilizado, bem como a população negra na atualidade.

O segundo ponto são os legados culturais de indivíduos oriundos de reinos africanos e de crioulos nascidos em Taquari ou vindos de outras províncias brasileiras que impulsionaram trocas culturais no contexto escravista. Tais aspectos estão presentes no cotidiano atual das populações negras locais. Por muito tempo permaneceram silenciadas e marginalizadas no cenário regional. Tais elementos culturais não estão separados do processo escravista vivenciado por séculos no país e na região. Entende-se que no tempo vivido nas propriedades em que trabalharam na condição de escravização

¹ As fontes documentais apresentadas neste artigo foram analisadas na dissertação de mestrado “O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – Final do século XIX” e na tese de doutorado da primeira autora que está em elaboração no PPGAD da Univates, na linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais.

e depois em situação de liberdade em Taquari, os negros escravizados, livres e libertos deixaram suas características culturais. Outro ponto é a questão religiosa a qual era vivida e ressignificada nas senzalas e em outros espaços. Ao longo dos dois últimos séculos percebe-se que as manifestações religiosas de matriz africana não foram reconhecidas, sendo discriminada, especialmente no contexto do estado do Rio Grande do Sul.

Dito isso, o objetivo deste artigo é tratar o histórico de surgimento de Taquari ainda no século XVIII e no século XIX quando se transforma em município e apresentar de forma descritiva e exploratória as fontes documentais que servem de base para pesquisas científicas sobre o escravismo negro em Taquari.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para dar aprofundamento à pesquisa utilizamos o método onomástico que tem como fio condutor o nome (GINZBURG, 1989), e na documentação explorada nos deparamos com um universo de nomes de escravizados, livres, libertos e de muitos proprietários brancos dessa mão de obra escravizada. Outro aspecto metodológico diz respeito à micro-história, que tem como base uma descrição mais realista do comportamento humano, utilizando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua relativa liberdade dentro dos limites dos sistemas normativos. Desta forma, toda ação social é vista como o resultado das constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, perante uma realidade normativa (LEVI, 2011). Partindo disso, consideramos que os indivíduos escravizados, em seu cotidiano, estiveram articulando, negociando e conquistando autonomias dentro do sistema escravista.

A micro-história faz a redução de escala como um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado. Entre as características da micro-história está a descrição densa que lhe aproxima da antropologia, com o registro de acontecimentos ou fatos significativos que de outra maneira seriam imperceptíveis, mas que podem ser interpretados por sua inserção no contexto, no fluxo do discurso social. A utilização da microanálise se torna eficaz em análise de acontecimentos mais insignificantes, como um meio de se obter conclusões de alcance maior (LEVI, 2011).

A busca pela identificação dos indivíduos registrados nas fontes documentais, especialmente os africanos e seus descendentes nascidos no Brasil no contexto do escravismo, é uma tentativa de se exercitar aspectos que envolvem a micro-história. Em função disso, destaca-se a importância do uso das fontes documentais, pois sem elas não se conseguiria conhecer e averiguar a complexidade das relações sociais em meio ao sistema escravagista em âmbito local e regional.

As fontes documentais são importantes para a análise do processo escravista em Taquari. Tomamos como base os dados das fontes como comprovação da exploração da mão de obra escravizada africana e crioula em Taquari, nos séculos XVIII e XIX. E vimos que essa prática estava relacionada diretamente com um Brasil que fazia amplo e intenso uso do sistema escravista em seu território. A grande contribuição dos dados é que possibilitam a elaboração de uma outra narrativa histórica.

O primeiro conjunto de documentos que analisamos sobre o escravismo e o imediato pós-abolição em Taquari, Santo Amaro e Estrela foram os referentes à segunda metade do século XIX e está composto de: notícias do jornal O Taquaryense (1887 e 1890), cartas de liberdade (1857 a 1888), compra e venda de escravizados (1857 a 1888), inventários (1857 a 1888) e processos-crime (1857 a 1888). Cada fonte apresenta suas particularidades no que diz respeito aos dados que foram registrados. Esta documentação é cartorial e de registros que foram feitos em Tabelionatos dos municípios do Rio Grande do Sul. Atualmente, estão organizados em um projeto idealizado e executado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) nos anos de 2006 e 2010. Já, os exemplares do jornal O Taquaryense foram digitalizados e fazem parte do acervo da biblioteca da Universidade do Vale do Taquari em Lajeado, município do Rio Grande do Sul.

O segundo conjunto de fontes documentais, o qual também serve de base para a investigação sobre o escravismo, envolve registros paroquiais elaborados pelos padres que estiveram na Paróquia de São José de Taquari no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Os registros de batismos, casamentos e óbitos de escravizados, libertos e livres apresentam informações que possibilitam a nomeação de indivíduos, entre outros aspectos.

No registro de batismo consta a data, o local, o nome, a data de nascimento, nomes dos pais e dos padrinhos. Além, do batismo de crianças era comum ocorrer o

batismo de jovens e adultos. O registro de casamento apresenta data e local, os nomes dos nubentes, o local de nascimento de ambos, idades, cor, a atividade de trabalho, os nomes dos pais, proprietários dos noivos e as testemunhas. O registro de óbito fornece data e local, nome e idade do falecido, local de nascimento, cor, estado civil, condição social, atividade de trabalho, causas morte, filiação, cor dos pais e o nome dos proprietários. Estes são os dados produzidos pela Igreja Católica e cabe ao pesquisador a interpretação e cuidados com os possíveis ocultamentos de informações.

O Taquaryense é um periódico ainda em circulação que foi fundado por Albertino Saraiva em Taquari, em 31 de julho de 1887, sendo o segundo jornal mais antigo do Estado do Rio Grande do Sul. Um jornal que se denominava “Periódico Imparcial”. Analisamos as notícias relacionadas ao mundo escravista e o período do pós-abolição. As notícias foram variadas sobre o assunto escravidão e liberdade no âmbito local e no nacional. Observamos que, era mencionado pelo jornal fatos publicados por outros periódicos relacionados ao contexto escravista em outras partes do Brasil (PIRES, 2016).

SURGIMENTO DOS POVOADOS PORTUGUESES

A fundação das freguesias nos espaços sulinos se relaciona com a expansão territorial rumo ao rio da Prata. As primeiras freguesias foram criadas em Rio Grande, 1737 e em Viamão, 1747. O povoamento desses locais se deu de forma mais intensa nas décadas de 1760 e 1770, nos Campos de Viamão se estabeleceram os antigos povoadores que ocuparam com animais em um primeiro momento e depois com suas famílias. No decorrer do tempo com o aumento populacional, foi criada a freguesia de Viamão que ficou subordinada a Laguna, mas que deu origem a Triunfo em 1756, Santo Antônio da Patrulha em 1763, Porto Alegre em 1772 (KÜHN, 2011).

Os Campos de Viamão nas décadas iniciais de 1730 a 1750 era praticamente todo o território do continente de São Pedro, com exceção da povoação de Rio Grande. Nos espaços que pertenciam aos Campos de Viamão se encontravam os rios dos Sinos, Caí e Taquari. Os primeiros povoadores desses Campos possibilitaram a posse portuguesa a partir da política de enraizamento social e econômico, no entanto, isso foi ameaçado com a ocupação espanhola na vila de Rio Grande. Tal situação fez com que, Viamão se tornasse sede do poder português no Continente de São Pedro, pois todo o

funcionamento burocrático e político se instalou nele, como por exemplo, o Governador e a Câmara de Vereadores (KÜHN, 2011).

As fundações das freguesias de Taquari e Santo Amaro foram estabelecidas pela política do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade que planejou a ocupação da Bacia do rio Jacuí segundo os interesses da coroa portuguesa. Após, a organização burocrática da fundação destes povoados o governo iniciou a concessão de terras para a efetivação da povoação, então teve início a distribuição de sesmarias na década de 1750, e pessoas como o Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme receberam sesmarias. Para o processo de ocupação dessas sesmarias e para a efetiva povoação foram recebidos casais açorianos, em Taquari e Santo Amaro, freguesias erguidas nas margens dos rios Jacuí e Taquari (CHRISTILLINO, 2004).

No ano de 1803 ocorreu uma organização populacional da Capitania de São Pedro, basicamente uma divisão entre vilas e suas respectivas freguesias. Com isso, as freguesias que deveriam se anexar à Vila do Príncipe (Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo) eram a Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Santo Amaro, São José de Taquari e Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. A Vila de Porto Alegre que estava como sede da Capitania na ocasião, anexou as freguesias Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo e Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia. Para a Vila de Rio Grande ficavam subordinadas as freguesias São Pedro do Rio Grande, Nossa Senhora da Conceição do Estreito e São Luiz de Mostardas, e para a Vila de Santo Antônio da Patrulha, as freguesias Santo Antônio da Patrulha, Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria e Nossa Senhora da Conceição do Arroio (ÁVILA JR, 2008).

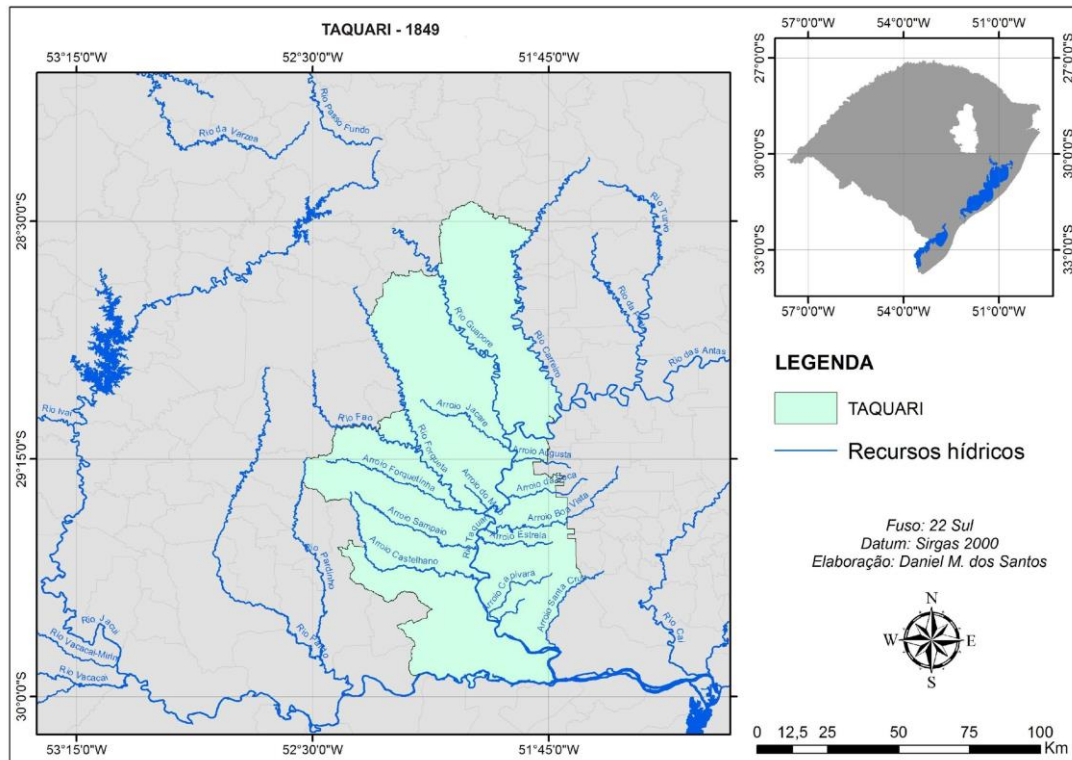
A criação da Paróquia de São José de Taquari como das demais freguesias aconteceu dentro do contexto maior de conflitos entre portugueses e espanhóis. A fundação da Paróquia ocorreu em 13 de maio de 1765 por Antônio do Desterro, bispo do Rio de Janeiro. O bispo não possuía informações sobre os seus limites geográficos e ficou sob responsabilidade do vigário de Triunfo a nomeação de um pároco para a nova paróquia, a mesma não tinha ainda uma Igreja. A nomeação do primeiro padre para São José de Taquari se deu em 20 de novembro de 1765, o pároco se chamava Manuel da Costa Mata, provavelmente de origem açoriana. Após, esse vigário muitos outros passaram pela paróquia (RUBERT, 1994).

A nova freguesia de São José de Taquari ficou subordinada à Vara do Senhor Bom Jesus do Triunfo e assim permaneceu até ser elevada à paróquia autônoma e à categoria de matriz. Com moradores originários das Ilhas dos Açores em Portugal, os casais açorianos se instalaram provavelmente nas terras do Tenente Francisco da Silva próximas ao passo do rio Taquari, onde foram organizadas as sete famílias açorianas sob as orientações do Governador José Marcelino de Figueiredo. Consta também que, próximo dessas terras estava o Morro da Carapuça, local em que havia as instalações da fazenda de Luís Vicente Pacheco de Miranda (FARIAS, 2012).

A freguesia de São José de Taquari tinha sua vila estabelecida numa pequena elevação junto à margem do rio e para acessar a freguesia era somente pela via fluvial, pois aos fundos a paisagem era composta de montanhas e pântanos, que separavam São José de Taquari da freguesia de Triunfo. Um quartel foi erguido como um meio estratégico que permitia o controle da navegação no rio, o momento era de muitos conflitos entre castelhanos e portugueses. A localização foi escolhida pelos portugueses como uma forma de defesa e de possuírem uma boa visão para o controle das movimentações nas águas do rio Taquari (CHRISTILLINO, 2004). Nos dias atuais é fácil de notar as marcas na cidade do início de sua povoação próxima ao rio com o crescimento urbano posterior.

A emancipação política de Taquari com sua desvinculação de Triunfo aconteceu no ano de 1849 quando saiu da condição de freguesia para a de vila de Taquari, pois tinha condições de receber todo o aparato de uma Câmara de Vereadores e a atuação do judiciário. O território que a vila abrangia no ano de 1849 era a de uma grande área, que se conhece hoje como os municípios de Lajeado, Venâncio Aires, parte de Guaporé, Santa Cruz (colônia de Monte Alverne), Estrela e a atual Vila de Santo Amaro do Sul (FIGURA 1). A configuração territorial de Taquari começou a se modificar no ano de 1866 com a transferência da Colônia Monte Alverne da Freguesia de Santo Amaro para a Freguesia de Santa Cruz, em Rio Pardo. Após isso, houve a desvinculação de Estrela em 1876, e depois Santo Amaro em 1881 (FARIA, 1981).

Figura 1 – Município de Taquari e seu território em 1849



Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates (2020).

Na década de 1850, Taquari era um recém município e sua economia se baseava na produção de tábuas de pinho, beneficiada em catorze engenhos de serrar movidos à água. Mas estavam em decadência em função da drástica diminuição das madeiras utilizadas nas serrarias. Já, a segunda atividade mais importante foi a extração da erva-mate, que também apresentava problemas, pois suas árvores estavam sendo destruídas pela exploração inadequada o que levou a uma estagnação e queda dessa atividade (CHRISTILLINO, 2004).

A respeito da exploração da madeira, após a independência política do Brasil, em 1822, até meados do século XX, as principais transformações da indústria madeireira nacional parecem ter ocorrido na tecnologia de processamento. No Rio Grande do Sul em específico, a madeira de pinho era abundante e em função disso era comum encontrar toras e pinheiros derrubados que não eram usados posteriormente. Algo que é explicado pela finalidade de abrir a floresta para o início do cultivo e juntamente com isso, a utilização da madeira para diversos fins. O beneficiamento da madeira abastecia o mercado interno dos núcleos coloniais, nesse momento em que os

colonos imigrantes iniciavam suas instalações, como foi o caso de Caxias do Sul (CABRAL; CESCO, 2008).

Para além da madeira, do trigo, da erva-mate, houve também a extração de lajes e pedras, uma atividade praticada nas pedreiras serranas e no leito do Rio Taquari, um negócio rentável por volta de 1850, momento em que se exportou para a Europa uma importante quantia, porém não se manteve no mercado devido à falta de compradores. Outros produtos agrícolas como, a cana-de-açúcar e o algodão estavam em uma situação de abandono pelo declínio das suas produções. No período de 1830 a 1850 houve a decadência das atividades tradicionais do Vale do Taquari, como era o caso das fazendas, sendo que muitas foram praticamente abandonadas. Com isso, a elite fundiária local procurava ao final da primeira metade do século XIX outra fonte de lucros e maneiras de manter o padrão de sobrevivência em tal sociedade (CHRISTILLINO, 2004).

A partir desse contexto, entende-se que os motivos do surgimento da Paróquia de São José de Taquari em 1765 representaram os interesses políticos e econômicos dos portugueses. E, como nossa intenção é apresentar que houve um sistema escravagista na Paróquia em pleno vigor da escravidão no Brasil destacamos o uso da mão de obra escravizada nas atividades descritas anteriormente. Identificamos em algumas fontes documentais as tarefas desempenhadas pelos escravizados. Muitos escravizados foram adquiridos em transações comerciais e chegaram em propriedades de pequeno e grande porte em Taquari e trabalharam, por exemplo, no corte e beneficiamento da madeira, na extração da erva-mate, na agricultura como no plantio do trigo e milho, no trabalho doméstico e em atividades com habilidades mais específicas, como ferreiro, sapateiro, carpinteiro e pedreiro.

AS FONTES DOCUMENTAIS E A ESCRAVIDÃO

O primeiro conjunto de documentos está composto pelas edições de 1887 do Taquaryense, as notícias sobre o escravismo trataram de alforrias obtidas por escravizados em Taquari, da formação de comissões abolicionistas em Taquari e Estrela, da locação de serviços de libertos e sobre as ações de liberdade. Em outras notícias, a situação da escravidão em discursos, cartas e sermões. No ano da abolição em 1888, foi veiculado publicações sobre as cartas de liberdade para Taquari e Santo

Amaro, bem como, informes sobre as fugas de escravizados, impostos sobre os cativos, contratos de locação de serviços, diferentes tipos de serviços de criados, Lei Áurea², a causa abolicionista, o salário de ex-escravizado, a associação e greve de libertos, o trabalho livre, cartas, discursos, boletins, telegramas e menções aos jornais de São Paulo, Diário Popular, Mercantil, Comércio.

Para o ano de 1888 identificamos um maior número de notícias voltadas para a liberdade em função da assinatura do fim da escravidão, algo visível nas notícias que trouxeram situações em nível local e de âmbito nacional (PIRES, 2016).

As discussões em torno do escravismo se acentuavam na Província de São Pedro nos primeiros anos da década de 1880, com uma campanha abolicionista que começou com críticas à própria cobertura do sistema escravista feita pelos grandes jornais da época. Outros jornais, assim como, o Taquaryense em certa medida se envolveram na luta pelo fim da escravidão, como A Gazeta de Alegrete, A Gazeta Pedritense e outros. Além disso, liberais fundaram clubes de emancipação e levantaram fundos e campanhas de alforria com divulgação em suas colunas (RUDIGER, 2003).

Durante a análise dos textos referentes aos anos de 1889 e 1890 foi possível identificar que o jornal de Taquari estava acompanhando o cenário político nacional com publicações tratando do pós-abolição e da transição do governo imperial para o republicano. Para o ano de 1889, foram analisados 16 textos com conteúdo envolvendo expressões como negros, crioulos, libertos, escravizados, treze de maio, perdão de penas infligidas à escravizados, sepultamento de criança negra e trabalho agrícola relacionado à transição para o trabalho livre. Uma amostra do que o jornal local publicou a respeito da problemática pós-emancipacionista para a população negra. Para o ano de 1890, analisamos duas notícias relacionadas à cor e outra que mencionou a situação de posse de uma mulher ainda em condição de escravizada mesmo com a lei de emancipação (PIRES, 2016).

Outra fonte analisada para se debater o escravismo foram as cartas de liberdade de Taquari, Estrela e Santo Amaro. De forma geral é um documento que nos mostrou a luta diária de escravizados e escravizadas pela conquista de suas liberdades. Uma liberdade que foi conquistada pelas mãos dos escravizados, sendo significativo o

² Lei Áurea de treze de maio de 1888, sancionada pela princesa Isabel, que extinguiu a escravidão no Brasil.

número dos que compraram a sua alforria e a de seus familiares. Destacamos que estes conquistaram suas cartas bem antes da assinatura de 1888, pois as liberdades foram sendo obtidas em décadas anteriores ao treze de maio. Entre os aspectos observados na leitura das alforrias, chamou a atenção a quantidade de alforrias condicionais, cartas que os escravizados obtinham a liberdade, porém, permaneciam servindo os proprietários por determinado tempo ou em algumas situações até que os proprietários ou parentes vivessem. Para Taquari, em específico, observou-se tal situação em vários dos anos analisados (PIRES, 2016).

Outra ênfase a ser feita em relação às liberdades em Taquari de 1857 a 1888 foi a diferença numérica de obtenção de alforrias entre homens e mulheres. O que condiz com o observado nas transações de compra e venda de escravizados. A “liberdade” foi condicionada, pois na totalidade das alforrias não temos a liberdade de forma plena. Com isso é uma forma de liberdade a ser debatida, mas que mesmo impondo condições foi uma conquista dos escravizados (PIRES, 2016).

O comércio de mão de obra registrado no documento de compra e venda, que representa a entrada de escravizados para o trabalho nas propriedades de Taquari, Santo Amaro e Estrela, este trouxe uma dimensão das transações comerciais de indivíduos em que foi possível classificar o sexo, as idades, os preços e a totalidade anual para o recorte de 1857 a 1887. Em um contexto de fim do tráfico atlântico de africanos com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz de 1850, o comércio interno entre as províncias era contínuo, como pode ser visto no levantamento da fonte. A maior procura pela mão de obra masculina era contínua e o interesse maior estava na faixa etária dos 13 aos 45 anos. Houve também a compra de crianças e de homens e mulheres com mais de 50 anos (PIRES, 2016).

Posto isto, o declínio da população escravizada na Província de São Pedro ocorreu depois de 1873. Nos anos de 1874 e 1884 a mão de obra escravizada diminuiu em uma quantidade de 15.302 escravizados em função do aumento da saída de cativos para o sudeste cafeeiro. Em análise dos dados de compra e venda de escravizados para Taquari notamos que, a quantidade de escravizados comercializados diminuiu a partir do ano de 1877 até 1887 (VARGAS, 2012).

Com os inventários *post-mortem* foi possível identificar a posse de mão de obra escravizada por parte de alguns proprietários. Para esse estudo, trazemos um dos

proprietários, Antônio José de Moraes, que possuiu um total de 112 escravizados, deixados como herança no ano de 1876 pelo Manoel Alves dos Reis Louzada, conhecido como Barão de Guaíba. Louzada era dono das Fazendas da Conceição, Pedreira, Boa Vista e Pinhal. Os dados das fontes documentais, incluindo os inventários, possibilitaram a quantificação de 874 proprietários que utilizaram o trabalho escravizado em Taquari, Estrela e Santo Amaro, no período de 1857 a 1888 (PIRES, 2016).

Para Furtado (2015), os inventários descrevem o patrimônio de um indivíduo e por isso são de natureza predominantemente econômica, sendo valiosos testemunhos da cultura material de uma sociedade. Para o estudo da escravidão, os inventários se revelam instrumentos preciosos e trágicos, pois os escravizados do falecido são nomeados, listados e avaliados entre os bens semoventes. Tinha como registro os preços, as condições de saúde, a origem e, por vezes, a descrição dos ofícios, oferecendo boas informações para o pesquisador sobre o conjunto de cativos do falecido.

Os processos-crime possibilitaram o conhecimento dos réus e das vítimas de crimes que envolveram escravizados, libertos, livres e proprietários. O que se buscou nesse documento foram os ofícios desempenhados pelos escravizados. Observamos que os processos-crime entre os documentos analisados foram os que mais mencionaram os trabalhos e as atividades executadas. Entre elas, destacamos o ofício do âmbito doméstico, dos afazeres da agricultura entre eles os cuidadores dos cavalos, os roceiros e os lavradores (PIRES, 2016).

O segundo conjunto de fontes documentais que analisamos sobre o escravismo em Taquari, para os anos de 1787 a 1850, foram os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos³. Três fontes produzidas pelos padres da igreja católica que estiveram em exercício de seus ofícios na Paróquia de São José de Taquari. Cada um desses conjuntos de documentos possui dados para a identificação de nomes, origens, constituição de núcleos familiares, relações sociais a partir do ritual católico.

Os registros paroquiais no Brasil seguiram as determinações de Portugal até serem regulamentados na Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia em 1707. As regras e as fórmulas não se modificaram, seguindo as determinações do Concílio de

³ Catálogo do *FamilySearch*

Trento (1545-1563). A religião católica sendo a oficial no Brasil Colônia e em todo o período do Império realizava o registro dos nascimentos, casamentos e mortes. O estatuto do Padroado Régio no Brasil até pelo menos a Constituição Republicana, de 1891, quando a Igreja se separou do Estado, concedeu aos Registros Paroquiais uma cobertura praticamente universal da população brasileira com exceção dos protestantes que surgem principalmente no Segundo Reinado, índios e africanos pagãos, aqueles que não haviam sido batizados (MARCÍLIO, 2004).

Os escravizados eram com frequência submetidos ao batismo cristão e ao passar por esse momento recebiam um nome igualmente “cristão”, em geral dado pelos traficantes de escravizados, nos portos de embarque, ou, ainda, pelos seus proprietários, assim que chegavam ao local de trabalho. Tais nomes, portanto, não eram efetivamente os originários, dado pelos respectivos familiares dos mesmos. Além dos nomes, ficavam conhecidos pelas nações a eles atribuídas (XAVIER, 2016).

Para Marcílio (2004) os dados a serem redigidos obrigatoriamente nas atas de batismo e em cada Paróquia, pela ordem estabelecida no Concílio de Trento, eram: a data do batismo, o nome completo do batizado, sua filiação (quando fosse conhecida), local da residência de seus pais ou responsáveis, além do nome de pelo menos um padrinho que serviria de testemunho do ato e igualmente, passaria a ser um parente espiritual, que no caso da morte dos pais, deveria responsabilizar-se pela criação do afilhado e por último a assinatura do sacerdote.

Para a Paróquia de São José de Taquari nos registros de batismos consta os nomes das crianças e dos adultos batizados, bem como, a filiação e apadrinhamento. A identificação em especial dos nomes e com isso o uso do método nominativo orientado por Ginzburg (1989) em que o nome é o fio condutor para o desenlace de um grande novelo e assim temos a possibilidade de junção e aproximações parentais. Entretanto, nesses registros não temos o conhecimento dos sobrenomes dos indivíduos o que impossibilita uma formação de laços familiares mais extensos e com maiores informações como o que acontece com os registros de pessoas não escravizadas em que se lê dados de avós maternos e paternos.

Os registros de matrimônios, por sua vez, são uma fonte para versar a formação dos laços familiares entre escravizados, libertos e livres em Taquari, assim como, o conhecimento das origens desses protagonistas. O detalhamento dos dados desse tipo de

documento complementa os dados das outras fontes paroquiais mencionadas, com isso as aproximações dos nomes e especialmente dos proprietários da mão de obra escravizada. Com a análise dos registros se percebe a constituição de laços afetivos com base nos núcleos familiares, apesar do cativeiro. Do mesmo modo que, os registros batismais, os dados de casamentos apresentam os nomes dos noivos, a filiação, o nome dos proprietários e assim, seguindo uma ordem metodológica conseguimos compreender e identificar a constituição das relações sociais, como os compadrios e formação de famílias.

Os assentos paroquiais conjuntamente registraram os óbitos. É de interesse dos estudos sociais as causas de mortes de escravizados, de libertos e de livres, especificamente na Paróquia de São José de Taquari. Tal fonte está em contato com os dados dos demais documentos mencionados e fornece informações complementares para a elaboração da trajetória e narrativa da história dos sujeitos. Entre outros aspectos, o que o documento aponta são as causas das mortes de homens e mulheres africanas e crioulos, com destaque para a mortalidade infantil.

Karasch (2000) em seu estudo para o contexto do Rio de Janeiro, observou que os escravizados morriam à uma taxa mais alta que a população livre. A autora menciona que, as taxas de mortalidade dos escravizados na década de 1840 eram mais altas que às da população livre, demonstrando o grande número de novos africanos importados que morriam dentro de três anos a partir do desembarque. As altas taxas de mortalidade ocorriam nos anos de pico do tráfico, mas com o fim do tráfico em 1850, a taxa de mortalidade dos escravizados caiu significativamente.

As fontes paroquiais são evidências do passado escravista de Taquari e oferecem dados para o conhecimento e a análise das relações humanas que existiram dentro do cativeiro. Juntamente com o conjunto das fontes documentais cartoriais, os assentos paroquiais possibilitam ao pesquisador o desvelamento de um passado para o território de Taquari novo e até então pouco questionado. Até então, os indivíduos escravizados africanos e crioulos não tinham sido acrescentados na narrativa histórica como os demais grupos étnicos. Em alguns trabalhos há menção à existência do escravismo em tais espaços, porém, a proporção e o aprofundamento vão além em função do contato com as fontes mencionadas assim como, o aparato de uma historiografia brasileira que ampliou seus debates em torno da escravidão em diferentes regiões do Brasil.

Com base nas fontes documentais elaborou-se o Quadro abaixo a fim de sintetizar as informações relevantes que cada fonte apresenta e assim proporciona que o pesquisador aprofunde as pesquisas em torno do escravismo em Taquari e região.

Quadro 1 – Síntese das Fontes Documentais

Documento	Importância para o estudo	Bibliografia relevante
Taquaryense: edições de 1887	Alforrias, comissões abolicionistas, locação de serviços de libertos, ações de liberdade, discursos, cartas e sermões	RUDIGER, 2003
Taquaryense: edições de 1888	Cartas de liberdade, fugas, impostos sobre locação de serviços, criados, Lei Áurea, causa abolicionista, salário de ex-escravizado, associação, greve de libertos, trabalho livre, cartas, discursos, boletins e telegramas	RUDIGER, 2003
Taquaryense: edições de 1889	Negros, crioulos, libertos, escravizados, treze de maio, perdão de penas, sepultamento de criança negra, trabalho agrícola relacionado à transição para o trabalho livre	RUDIGER, 2003
Taquaryense: edições de 1890	Cor e posse	RUDIGER, 2003
Cartas de liberdade	Alforrias condicionais, prestação de serviços por tempo determinado, diferença numérica de obtenção de alforrias de homens e mulheres	DIÓRIO (2007), PERUSSATTO (2009), KROB (2015)
Compra e venda	Transações comerciais de indivíduos, classificação do sexo, idade, preço, procura maior pela mão de obra masculina na faixa etária dos 13 aos 45 anos	BERUTE (2009), VARGAS (2012), SCHEFFER (2012)
Inventários <i>post-mortem</i>	Posse de mão de obra escravizada de alguns proprietários	FARIAS (2012), CARDOSO (2014), FURTADO (2015)
Processos-crime	Ofícios desempenhados pelos escravizados	OLIVEIRA (2009), MONSMA (2011)
Registros de batismos	Nomes de crianças e adultos, bem como, a filiação e o apadrinhamento	GINZBURG (1989), MARCÍLIO (2004), XAVIER (2016)
Registros de matrimônios	Nomes dos nubentes, filiação, proprietários, compadrios e formação de famílias	MOTTA (1999), FREIRE (2009), SLENES (2011)
Registros de óbitos	Causas de mortes de escravizados, libertos e livres, mortalidade infantil	KARASCH (2000)

Fonte: Pires (2016; 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conjuntos de fontes documentais apurados para analisar o escravismo na região de Taquari são fundamentais para o debate do processo escravista em si, mas também para a análise do imediato pós-abolição. A ênfase se dá quando os dados levantados oferecem possibilidades de intersecções sociohistóricas tendo a participação importante dos escravizados ao longo dos séculos XVIII e XIX. Dessa maneira, as análises sociais para a composição da história local e regional devem ter como base a participação, o estabelecimento de relações fluidas e as estratégias de organização da comunidade negra em situação de escravização ou em processo de liberdade. Esses homens e mulheres nessa condição imposta foram base no processo do escravismo e no processo pós-abolicionista que chega ao tempo presente. Aos poucos as pesquisas vão mostrando a complexidade e a significativa presença da mão de obra escravizada em Taquari e também os impactos desse processo nas comunidades negras atuais.

Neste sentido, ao analisarmos o escravismo em Taquari relacionamos o passado ao presente o qual se interconecta à um contexto amplo e duradouro em âmbito nacional. Tais aspectos estão documentados nas fontes documentais e tomamos a história da população escravizada num recorte local, mas que se interliga com transações nacionais.

As dimensões do sistema escravista são amplas e os arquivos possibilitam a descoberta de sujeitos e histórias ainda não contadas e ao nos depararmos com novos dados, as narrativas até então utilizadas passam a ser questionadas. A compreensão do contexto de surgimento do povoado de Taquari é importante para o entendimento do começo do uso da mão de obra escravizada e o tempo de duração da mesma, tudo isso são elementos fundamentais para a análise de um processo que se configura de forma mais complexa do que se tinha conhecimento nas produções científicas.

O uso do método da microanálise foi essencial para o trabalho de pesquisa realizado, pois o cruzamento de diferentes tipos de fontes documentais complementa as informações individuais e a produção historiográfica em torno do período escravista em âmbito nacional e regional.

Com a descrição dos dados citados apresentamos o período da escravidão na Paróquia e depois no município de Taquari. Por fim, estudamos a história de pessoas na condição de escravizados, conhecemos seus nomes, os movimentos estabelecidos em

torno da conquista da liberdade e as estratégias relacionais de laços familiares e sociais como elementos para a composição e formação da sociedade regional. O estudo do escravismo expõe ao cenário regional os sujeitos que estavam silenciados na narrativa histórica produzida até então.

REFERÊNCIAS

ÁVILA JR, Celso J. O governo de Paulo Gama no Rio Grande do Sul. In: ECKERT MIRANDA, Márcia; BACH MARTINS, Liana (Coord.). **Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama**. Porto Alegre: CORAG, 2008.

BERUTE, Gabriel S. O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826-1831. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009.

CABRAL Diogo C.; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do Sul - Sudeste. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, n.1, v.11, p.33-48, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n1/03.pdf>>. Acesso em: 03. fev. 2021.

CARDOSO, Raul R. S. Antônio José de Moraes: notas sobre a trajetória de um cirurgião português no Brasil meridional no século XIX. In: ENCONTRO PESQUISAS HISTÓRICAS – PUCRS, 1, 2014, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, PUCRS, 2014.

CHRISTILLINO, Cristiano L. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. 2004. 374 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

DIÓRIO, Renata R. **As marcas da liberdade: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FARIA, Octávio A. **Monografia do município de Taquari**. Instituto Estadual do Livro, 1981.

FARIAS, Jovani. **Fazenda Vilanova sua história**. Lajeado: Editora da Univates, 2012.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. 2009. 359 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

FURTADO, Júnia F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

Jornal **O Taquaryense**, Taquari, 1887 a 1890.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KROB, Bruna E. Com a condição de servir gratuitamente a mim ou a meus herdeiros: alforrias, contratos e experiências de trabalho dos libertos em Porto Alegre entre 1884 e 1888. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2015.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4.ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MARCÍLIO, Maria L. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia Historia**, Minas Gerais, n.31, v.20, p.13-20, 2004.
- MONSMA, Karl. Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: estratégias de dominação e de resistência. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, UFRGS, 2011.
- MOTTA, José F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.
- OLIVEIRA, Vinicius P. Escravos, marinheiros, embarcadiços e pescadores negros no mundo atlântico de Rio Grande/RS (século XIX). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009.
- PERUSSATTO, Melina K. Para o bem do seu direito: pecúlio, trabalho e liberdade nos últimos anos da escravidão – Rio Pardo/RS. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009.
- PESSI, Bruno S. **Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança**. Porto Alegre: CORAG, 2010.
- PESSI, Bruno S.; SILVA e SOUZA, Graziela. **Documentos da escravidão: processos-crime, o escravo como vítima ou réu**. Porto Alegre: CORAG, 2010.
- PIRES, Karen D. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – Final do século XIX**. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016.
- _____. **Compadrio, parentesco e família: escravizados, libertos e livres na Paróquia de São José de Taquari/Rio Grande do Sul**. 2021. 164 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2021.
- RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHEFFER, Rafael C. Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais e perfis de cativos negociados em cinco municípios gaúchos. In: XAVIER, Regina C. L. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012.
- SCHERER, Jovani S.; ROCHA, Márcia M. **Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006.
- _____. **Documentos da escravidão: compra e venda de escravos, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2010.
- SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- VARGAS, Jonas M. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina C. L. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012.